

RESOLUÇÃO N° 55/99

(Publicada no Diário Oficial de 31/12/1999)

Alterada e Ratificada pela Resolução n° 06/04, que alterou a titularidade do benefício para INDÚSTRIA DE CALÇADOS CASTRO ALVES S/A, CNPJ n° 05.858.273/0001-95.

Alterada pela Resolução n° 30/09.

Alterada pela Resolução n° 35/15, que alterou a titularidade do benefício para CALÇADOS PEGADA NORDESTE LTDA., CNPJ n° 06.269.953/0010-27 e IE n° 120.872.172NO, a partir de 31 de dezembro de 2014, data da sua incorporação.

Ver a Resolução n° 28/16, que autoriza a utilização de crédito presumido no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor das operações de venda para o exterior, com base no §10, do art. 1° do Decreto n° 6.734/97.

Ver Resolução n° 29/2020, que prorrogou por mais 3 (três) meses, o prazo de fruição dos benefícios concedidos.

Fixa o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido pela CALÇADOS PEGADA NORDESTE LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do § 1°, do art. 6° da Lei n° 6.335, de 31 de outubro de 1991, Decreto n° 6.734, de 09 de setembro de 1998 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à indústria CALÇADOS PEGADA NORDESTE LTDA., CNPJ n° 06.269.953/0010-27 e IE n° 120.872.172NO, instalada neste Estado, os seguintes benefícios:

Nota: A redação atual do art. 1° foi dada pela Resolução n° 35, de 07/07/15, Republicada no DOE de 07/08/15, tendo em vista a mudança da titularidade da empresa, a partir de 31 de dezembro de 2014, data da sua incorporação, efeitos a partir de 07/08/15.

Redação anterior dada ao art. 1° pela Resolução n° 06, de 23/04/04, DOE de 28/04/04, tendo em vista a mudança da titularidade da empresa, efeitos até 06/08/15:

"Art. 1° Conceder à indústria INDÚSTRIA DE CALÇADOS CASTRO ALVES S/A, instalada neste Estado, os seguintes benefícios:"

Redação originária, efeitos até 27/04/04:

"Art. 1° Fixar, ad referendum do Conselho Deliberativo, em 90% o percentual do crédito presumido a ser utilizado nas operações de saída de calçados femininos e seus componentes realizadas pela CALÇADOS ANDREZA LTDA., a se instalar no município de Castro Alves, neste Estado."

I - Crédito Presumido - fixa em 99% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela INDÚSTRIA DE CALÇADOS CASTRO ALVES S/A, nas operações de saídas de calçados.

Nota: A redação atual do inciso "I" do art. 1° foi dada pela Resolução n° 30, de 30/12/09, DOE de 31/12/09, efeitos a partir de 01/01/10.

Redação anterior dada pela Resolução n° 06, de 23/04/04, DOE de 28/04/04, efeitos até 30/12/09:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela INDÚSTRIA DE CALÇADOS CASTRO ALVES S/A, nas operações de saídas de calçados."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º O prazo final de concessão do presente benefício é para 31 de dezembro de 2020.

Nota: A redação atual do art. 2º foi dada pela Resolução nº 30, de 30/12/09, DOE de 31/12/09, efeitos a partir de 31/12/09.

Redação anterior dada ao art. 2º pela Resolução nº 06, de 23/04/04, DOE de 28/04/04, efeitos até 30/12/09:

"Art. 2º O prazo de fruição do presente benefício é de 15 (quinze) anos, contados a partir da data da emissão da primeira nota fiscal."

Redação originária, efeitos até 27/04/04:

"Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção até 31.12.2012."

Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de dezembro de 1999.

BENITO GAMA
Presidente